
ATA DE REUNIÃO

Evento: **REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO (CMH)**

Local: SEPLAN – Secretaria de Planejamento e Gestão Urbana

Data e horário: 05/11/2014, às 8h00min.

Aos 05 dias do mês de novembro do ano de 2014, foi realizada na Sede da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Urbana a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação, presidida pela Secretária Eliana Chaves Marback. A primeira chamada foi feita às 8:00h, com início às 8:30h, contando com a participação dos seguintes conselheiros: Eliana Chaves Marback como representante da SEPLAN, Ana Carolina André Rabelo como representante da SEMASCI, Ludmila dos Prazeres Costa como representante da SEINFRA, Francisco Santos da Silva e Ariston Xavier de Santana como representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Jorge Amaro e Simone Oliveira Santos como representante da Central de Movimentos Populares e Jose Augusto Lopes de Barros como representantes do CREA-BA. Após a verificação do quórum mínimo estabelecido pelo Regimento Interno, os trabalhos foram iniciados. Ficou acordado que a leitura e aprovação da Ata da última reunião realizada no dia 03 de setembro de 2014, ocorrerá em janeiro na próxima reunião ordinária. Após contagem dos membros presentes, verificou-se que com 1/3 não havia quórum para votações; a presidente do Conselho saudou os presentes com membros presentes e comunicou que visando conciliar a reunião deste e do Conselho de Política Urbana, as reuniões do CMH passam a ser às 8h e as do CPU passam para às 10:30h e, na oportunidade, falou sobre a revisão do PDDM (Lei nº1330/2008). Passou-se, assim, ao primeiro item da pauta, que tratou do resultado do Programa Minha Casa Minha Vida, onde a conselheira Ana Carolina Rabelo apresentou um resumo da situação atual, enfatizando que os números podem vir a ser modificados tendo em vista que a CAIXA ainda está em processo de análise dos dossiês que foram encaminhados pela Superintendência de Habitação: foram realizadas 9 Chamadas Públicas, totalizando 1.227 convocados, sendo que estão disponíveis 899 unidades residenciais, não sendo necessária nova lista de convocação para cadastro reserva; fez a leitura do resumo do com cópia para cada conselheiro onde foram chamados 210 pessoas com portadores de necessidades especiais entre os familiares (com apresentação de laudo comprobatório); 52 são idosos; 188 famílias em aluguel social custeado pelo Município; 90 pessoas que residem em área de risco (com apresentação de Laudo da Defesa Civil); 200 famílias vinculadas a movimento de luta pelo direito à moradia com assento no Conselho Municipal de Habitação; 87 não compareceram à convocação; 158 foram reprovados por não comprovarem as informações prestadas no cadastrado de inscrição como critério de seleção para convocação e 62 ainda pendentes aguardando documentação complementar dos interessados (sendo que o prazo final para a resolução das pendências foi o dia 17 do mês corrente); enfatizando, na oportunidade, a preocupação com aqueles que estão pendentes de entrega de documentação e que aqueles que entregaram a documentação exigida fora do prazo estão sendo avisados que comporão o cadastro reserva; quanto ao processo seletivo, esclarecer que a inscrição foi aberta a todos os interessados e foram chamados todos os que tinham 5 e 4 critérios, sendo que aqueles que tinham 3 foram selecionados através de sorteio randômico. O conselheiro Jorge Amaro questionou sobre o critério de corte por renda, falando sobre o programa na faixa de 3 a 5 salários e questionou se que se foram chamados todos os inscritos com de 5 e 4 critérios. A conselheira Simone Santos parabenizou o processo de seleção criteriosa do Programa e externou sua preocupação com os homossexuais, portadores de HIV e falou sobre a necessidade de aperfeiçoamento do Programa contemplar os solteiros,

com ou sem filhos; em resposta, a conselheira Ana Carolina Rabelo esclareceu que a faixa de corte do PMCMV é de renda de 0 a R\$1.600,00 e que há uma porcentagem mínima de sorteados com 0, 1 e 2 critérios, enfatizando que ser idoso não é um critério mas serviu como desempate e que a cota de 3% reservada pra idoso foi extrapolada e foram chamados um total de 52 dos 27 convocados obrigatórios; comunicou, ainda, que na data de amanhã, 06 de novembro, às 15h está agendada uma reunião com o Procurador Federal para dar conhecimento de todo o processo do PMCMV no Município de Lauro de Freitas. Finalizando, foi dada ciência que a Caixa Econômica Federal comunicou por email que a área do Município contigua ao Residencial Brisas de Itinga deverá ser licitada para a construção de equipamentos públicos com previsão será de no mínimo 6 meses, frustrando a expectativa de entregar o empreendimento com a obra iniciada e que a provável entrega das unidades será no início de dezembro, sendo que o habite-se está em fase adiantada mas não se pode precisar data por causa dos trâmites do cartório. A presidente Eliana Marback colocou a importância da sinalização da área e fiscalização para que não ocorram ocupações no empreendimento ser entregue e, na oportunidade, perguntou sobre a sede da associação de moradores no empreendimento Dona Lindú e obteve a resposta da conselheira Simone Santos que está pronta mas sem infraestrutura, sendo que também falta ligação de água e luz; também questionou sobre as barracas foi esclarecido pela mesma conselheira de que muitas foram vendidas, muitas tiveram o padrão e o local mudados, sendo complementado pelo conselheiro Ariston Santana que muitas pessoas não têm o interesse de ter a sua atividade comercial regularizada. A conselheira Ana Carolina Rabelo complementa que há a previsão de pedido de novos empreendimentos dependendo de aprovação do Ministério das Cidades, que deverá ser apresentado como a ampliação do Lauro de Freitas A, B, C com 1.500 unidades. A conselheira Simone Santos alertou para a intervenção que está sendo feita pela Coelba para a substituição dos medidores no empreendimento Dona Lindú onde os prestadores de serviços da concessionária estão quebrando as fachadas dos apartamentos, entrando nas casas sem a devida autorização e que foi orientada a prestar queixa na delegacia e na Ouvidoria do Estado. A Secretária Eliana Marback pontuou que, no caso do Residencial Brisas de Itinga, o CMH deve reforçar a Coelba o pedido de colocação do posteamento para iluminação pública e, na oportunidade, mostrou a situação do município de Lauro de Freitas como regular no SNHIS e a conselheira Ana Carolina Rabelo esclareceu que tal questão é considerada para liberação de novas unidades MCMV e, para finalizar, comunicou que o trabalho social do Residencial Dona Lindú está com o início previsto para começo do ano próximo ano. Nada mais havendo a tratar, a Presidente Eliana Marback reafirmou que a próxima reunião ocorrerá no dia 07 de janeiro de 2015, quarta-feira, às 9:00 horas, de forma ordinária, no mesmo local, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a Reunião.

Eliana Chaves Marback - SEPLAN

Ana Carolina André Rabelo - SEMASCI

Ludmila dos Prazeres Costa – SEINFRA

Francisco Santos da Silva - MTSTLF

Ariston Xavier de Santana – MTSTLF

Jorge Amaro - CMP

Simone Oliveira Santos – CMP

Jose Augusto Lopes de Barros - CREA-BA